



# TALKS

Conheça as principais linhas de capitalização à disposição da sua empresa. Esperamos por si!

8 julho | 15h00

Acompanhe em direto na plataforma multimédia JETV, em [www.jornaleconomico.pt](http://www.jornaleconomico.pt)

Convidados:   

Este suplemento faz parte integrante do Jornal Económico Nº 2100 não pode ser vendido separadamente

2 julho 2021 | ESPECIAL



ESPECIAL

# LINHAS DE CAPITALIZAÇÃO

## EMPRESAS CONTINUAM À ESPERA DE NOTÍCIAS DO GOVERNO

Na véspera do início da execução do Plano de Recuperação e Resiliência, as empresas continuam a criticar a falta de informação sobre os mecanismos que terão disponíveis para a capitalização, quando todas as verbas que existiam para o mesmo efeito foram já esgotadas. Os empresários dizem que, sem capital, os objetivos do plano poderão estar comprometidos.

### OPINIÃO

**Beatriz Freitas**

CEO do Banco Português de Fomento

**A urgência da capitalização** ● II

### PLANO DE RECUPERAÇÃO

**BPF será o principal interlocutor das empresas no PRR** ● III

### ENTREVISTA

**Eduardo Oliveira e Sousa**

Porta-voz do Conselho Nacional das Confederações Patronais

**“É preciso que se perceba rapidamente como é que o PRR vai ajudar as empresas na capitalização”** ● IV



### EMPREENDORISMO

**Startups deixam de ser parente pobre dos apoios à capitalização** ● VI

OPINIÃO

## A urgência da capitalização



**BEATRIZ FREITAS**  
CEO do Banco Português de Fomento

A importância da capitalização das empresas nacionais é assunto que vem sendo discutido há várias décadas, já tendo sido criadas diversas estratégias que atuaram nesse campo, entre as quais se insere a criação do Banco Português de Fomento.

A razão para o fazer, contudo, foi evoluindo, acompanhando, sensivelmente, as necessidades das empresas nacionais face ao seu contexto nacional ou internacional.

Atualmente, sendo as razões múltiplas, é importante que compreendamos todas as suas vertentes, mas, começo por dizer que a “habitual” razão do elevado endividamento das empresas perdeu, felizmente, importância neste leque de razões. E digo isto pois é preciso reconhecer o mérito das empresas, e dos seus gestores, bem como dos bancos, na desalavancagem (redução do peso da dívida na estrutura de financiamento das empresas) realizada ao longo dos últimos anos, principalmente após a grave crise que nos assolou até 2014. Este bom trabalho não pode, contudo, parar e a diversificação de fontes de financiamento de uma empresa, principalmente em alturas de grande stress financeiro e de tesouraria, deve continuar a ser realizada. O crédito tem um papel essencial na vida de uma empresa, mas deve ser gerido cuidadosamente, razão pela qual o Grupo BPF realiza análises de risco tão cuidadas a todos os seus processos de concessão de garantias de crédito.

Mais importante que esta razão “tradicional”, pela qual normalmente se fala do tema da capitalização, devemo-nos centrar nas razões que são essenciais para a capitalização de muitas das empresas nacionais: futuro verde; futuro digital; futuro global. A todas as razões é comum a necessidade de muitas das empresas nacionais se adaptarem para o futuro que aí vem e, para tal, vão ter de inovar, sendo para isso necessário investir em formação, tecnologia e serviços.

As empresas portuguesas têm pela frente vários desafios face à transformação que já está em curso, e estejam certos de que aqueles que não conseguirem ter capacidade de investimento para estas três áreas irão ficar para trás ou até desaparecer.

A agenda verde está aí. É indispensável pelas razões ambientais e sociais que conhecemos, e em termos económicos irá gerar imensas oportunidades e desafios. Os novos mercados que se estão a criar irão gerar milhões de postos de trabalho por todo o mundo, mas as exigências que existirão para que as empresas reduzam o seu impacto ambiental irão exigir um grande esforço financeiro.

Já a digitalização está mais avançada, estando em curso há vários anos, agora muito impulsionada pela pandemia, mas a realidade é que esta é uma área em que é preciso investir permanentemente, dada a velocidade a que a tecnologia avança.

Depois, e com o resultado da evolução tecnológica em curso, os diversos pontos do mundo estão mais próximos. E a competição, que começou por ser local, transformou-se em global, assistindo-se à criação de novos mercados.

Considerando que, para tudo isto, é necessário capital, é importante que o endividamento das empresas não evolua para níveis que coloquem em acusa a sua solvabilidade, sendo por isso essencial que estas procurem outras fontes de financiamento.

É com base nestes conceitos que o BPF está a trabalhar para encontrar soluções de capitalização que se adequem à realidade portuguesa e que, sectorialmente ou perspetivando áreas de intervenção, possa apoiar as empresas nacionais a olharem estes desafios de frente e a prepararem-se para crescer de forma sustentável, contribuindo de forma decisiva para a evolução e modernização da economia nacional. ●

**“É preciso reconhecer o mérito das empresas, e dos seus gestores, bem como dos bancos, na desalavancagem realizada ao longo dos últimos anos”**



PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

# BPF será o principal interlocutor das empresas no PRR

PRR abre a porta a recapitalização das empresas através do Banco de Fomento através de instrumentos de capital e quase-capital.

**ÂNIA ATAÍDE**

aataide@jornaleconomico.pt

O Governo prevê disponibilizar 1,3 mil milhões de euros no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) ao tecido empresarial português, através do Banco Português de Fomento (BPF), até ao quarto trimestre de 2023. Esta é uma das grandes metas com as quais o Executivo se comprometeu com Bruxelas, numa iniciativa destinada à capitalização das empresas portuguesas, sobre a qual representantes das estruturas empresariais reclamam rápidos esclarecimentos (ver páginas 4-5).

**BPF projeta que o InvestEU consiga alavancar investimento na ordem dos nove mil milhões, ao longo de sete anos**

As empresas portuguesas terão como principal interlocutor para aceder às verbas da ‘bazuca’ o Banco Português de Fomento (BPF), cujo aumento de capital previsto de 250 milhões de euros chegará pela via dos empréstimos concedidos a Portugal pela Comissão Europeia, no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência.

Sara Estima Martins, advogada de Direito da Concorrência e União Europeia da SRS Advogados, explica que o PRR, dentro do pilar da “Resiliência”, prevê a criação de um instrumento de capitalização, “destinado a combater a situação de subcapitalização crónica das empresas portuguesas, espe-



cialmente das PME, e colmatar a falha estrutural do mercado neste domínio”.

“Pretende-se proceder a uma re-capitalização de empresas de cariz estratégico e/ou operacional e que fossem financeiramente viáveis antes da eclosão da pandemia de Covid-19”, assinala.

Paralelamente, de acordo com os documentos associados ao PRR, o BPF prevê aplicar 6,75 mil milhões de euros dos nove mil milhões de euros do programa europeu InvestEU através da combinação de investimento privado e garantias do fundo europeu, enquanto os restantes 25% dos nove mil milhões de euros serão aplicados sob a forma de empréstimos indiretos e/ou diretos ou participações de capital e quase-capital.

“Assim, com recursos de 797 milhões em garantias, o BPF projeta que o InvestEU consiga alavancar investimento na ordem dos nove mil milhões, ao longo seus sete anos de vigência, estando implícito um efeito multiplicador ligeiramente superior a 11 vezes”, explica o documento, que indica que serão disponibilizadas “soluções de financiamento, nomeadamente por dívida, em condições de preço e prazo adequadas à fase de desenvolvimento de empresas e projetos”.

Segundo os anexos técnicos entregues pelo Governo a Bruxelas está prevista que a capitalização das empresas seja realizada, preferencialmente, através de instrumentos de quase-capital, “não sendo descartados, para casos específicos sectoriais ou por dimensão de empresa, a utilização de instrumentos de capital que,

em casos muito particulares, em função de necessidades das empresas visadas, poderão ser complementadas por soluções de dívida subordinada”. Estas serão especificamente desenhadas para as características das empresas beneficiárias “e com o estrito objetivo de, dentro das características de subordinação do instrumento, o mesmo aproximar-se tanto quanto possível do perfil de capital próprio para permitir um alívio das obrigações financeiras a que as empresas beneficiárias estão sujeitas”.

Sara Estima Martins recorda que enquanto implementing partner do programa “InvestEU, o BPF “propõe-se promover projetos de investimento enquadráveis nos quatro objetivos do InvestEU: Infraestruturas sustentáveis; Investigação, inovação e digitalização; Pequenas e Médias Empresas (PME); e investimento social e competências”.

#### **Empresários não querem mais dívida**

Para José Eduardo Carvalho, presidente da Associação Industrial Portuguesa - AIP, a tónica deve colocar-se no facto de “recapitalizar significa operacionalizar instrumentos de capital e não instrumentos de dívida”.

Para este responsável tal significa criar produtos e instrumentos que tenham como objetivo reforçar o capital das empresas, permanecendo nelas, ou então saindo com mais-valias ou com desconto. “As empresas necessitam destes instrumentos de capital, não de dívida. EBITDA a menos e dívida a mais é a característica dominante

nos balanços e contas de exploração das empresas”, diz.

O calendário, submetido à Comissão Europeia, indica que no que se refere ao aumento de capital do BPF para implementação do InvestEU, está definido que a regulamentação, lançamento e início da implementação da medida de capitalização seja até final do primeiro semestre de 2021 e que a regulamentação da transferência de 250 milhões de euros com o objetivo de aumento de capital do Banco Português de Fomento ocorra até final do primeiro semestre de 2021.

Já a primeira campanha de divulgação dos novos mecanismos de apoio ao financiamento do BPF junto das PME e de empresas estratégicas deverá decorrer até final de segundo semestre de 2021, enquanto a segunda campanha de divulgação deverá decorrer até final de segundo semestre de 2022 e a contínua seleção dos beneficiários a apoiar até final de 2025.

“Aquilo a que estamos a assistir no nosso país, com uma potencial inversão na evolução positiva da pandemia, vem agravar ainda mais a situação financeira das empresas, pelo que ganha particular relevância o apoio a empresas, com medidas que promovam a sua capitalização”, sublinha Luís Miguel Ribeiro, presidente da AEP - Associação Empresarial de Portugal.

Segundo o documento, a notificação à Comissão Europeia sobre a decisão favorável do Pillar Assessment do BPF para se tornar implementing partner do InvestEU, está prevista até ao primeiro trimestre de 2022, trimestre durante o qual está também previsto o aumento de capital do BPF e o desenvolvimento da política de investimento para o banco.

O Governo comprometeu-se ainda com a meta de entrega dos 1.300 milhões de euros destinados ao tecido empresarial português, em auxílio de Estado à capitalização, até ao quarto trimestre de 2023, bem como com a mobilização de, pelo menos, 75% do investimento projetado.

Neste âmbito estima, indicativamente, que mil empresas sejam beneficiárias de financiamento no âmbito do InvestEU, em virtude do aumento de capital do BPF, para permitir a execução do programa.

Certo é que a banca tradicional continuará a desempenhar um papel importante na implementação das linhas de capitalização disponíveis para as empresas, como aconteceu, aliás, na resposta inicial à pandemia.

Os principais bancos portugueses têm linhas especiais de crédito para as empresas, com objetivos distintos, como a linha de crédito do Santander para pequenas e médias empresas, no âmbito do Programa Capitalizar promovido pelo Governo, mas também a parceria do Millennium bcp e AIP, que garante durante dois anos, a mobilização de linhas de financiamento e/ou garantia, até 120 milhões de euros, às empresas associadas da AIP. ● \*com MB

## Portugal 2030 O maior pacote de incentivos europeus à economia portuguesa



**BRUNO PIRES**  
Partner na Moss & Cooper

O orçamento de longo prazo da UE, juntamente com o Next Generation EU, será o maior pacote de medidas de estímulo jamais financiado pelo orçamento da UE. A conjugação dos fundos europeus do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 (Portugal 2030) e do Next Generation EU (assente no PRR português juntamente com o programa REACT e os fundos de Desenvolvimento Rural e

Transição Justa) permitirá a Portugal aceder a um volume de cerca de 50 mil milhões de euros (M€) no período de 2021 a 2029, considerando apenas as subvenções.

O PRR, o Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027, bem como os fundos restantes da reprogramação do Portugal 2020, resultam num total de aproximadamente 61 mil milhões de euros a disponibilizar à economia portuguesa até 2029 - tendo em vista a modernização, a inovação e transição digital e, por conseguinte, o desenvolvimento económico e social.

A pandemia Covid-19 e todo o impacto social e económico que esta causou, deixou à vista um conjunto de fragilidades e desafios às empresas portuguesas. Como resposta às dificuldades, algumas delas crónicas, das empresas portuguesas, foi desenhado um conjunto de instrumentos financeiros que pretende, de forma transversal, prestar particular enfoque ao aumento da resiliência social, económica e territorial do tecido produtivo português, procurando fornecer-lhe as ferramentas estruturais mais adequadas ao aumento da competitividade, criação de emprego e da geração de riqueza.

Apesar das condições não serem as mais favoráveis para a maioria das empresas, o desafio passará precisamente por conseguir colocar as empresas no centro da recuperação económica, transformando-as no motor real do crescimento da criação de riqueza. Desta forma, os instrumentos financeiros do PRR e do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 visam responder aos constrangimentos estruturais da economia e adaptar a resposta às reais necessidades das empresas:

- Diversificar a economia em articulação com a alteração do perfil de especialização do sistema produtivo nacional;
- Responder às limitações estruturais com investimento forte na ciência, investigação e no desenvolvimento tecnológico, na educação e formação, na qualidade da gestão e nas infraestruturas;
- Contrariar as limitações do mercado interno, resolvendo o problema da fraca dimensão das empresas e definindo mecanismos de consolidação e concentração de empresas;
- Criar condições para construir uma economia inclusiva e aberta que funcione a favor da maioria das pessoas;
- Apoiar a tesouraria das empresas viáveis economicamente.

Esta oportunidade única permitirá ao país recuperar da severa crise conjuntural com uma resposta estrutural, assegurando um crescimento robusto e sustentável, sem deixar ninguém para trás.

ENTREVISTA EDUARDO OLIVEIRA E SOUSA Porta-voz do Conselho Nacional das Confederações Patronais

# “É preciso que se perceba rapidamente como é que o PRR vai ajudar as empresas na capitalização”

A organização que junta as confederações patronais portuguesas está preocupada com a indefinição de soluções, na véspera de começar a execução do PRR. A capitalização surge como a maior prioridade.

ÂNIA ATAÍDE

aataide@jornaleconomico.pt

As empresas portuguesas têm vindo a reclamar por mecanismos de apoio à capitalização, para poderem equilibrar estruturas de capital que ainda estavam depauperadas pela crise financeira e económica de 2009-2013 e que suportam, agora, os efeitos da crise pandémica provocada pela Covid-19. Em entrevista ao Jornal Económico, Eduardo Oliveira e Sousa, presidente da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), mas que aqui fala como porta-voz do Conselho Nacional das Confederações Patronais (CNCP), avisa que sem mecanismos para a recapitalização das empresas, não vai ser possível ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) cumprir o seu papel, porque as empresas têm limitada a sua capacidade de investimento. “O Governo deve esclarecer rapidamente estas questões”, avisa. Não é, no entanto, o único risco identificado, porque a indefinição de políticas e soluções ou a burocracia são também apontadas como perigos para a execução de um plano que tem um tempo limitado para a sua concretização. É isto que a CNCP, que junta a CAP e as confederações do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), Empresarial de Portugal (CIP), Portuguesa da Construção e do Imobiliário (CPCI) e do Turismo de Portugal (CTP), quer explicar ao primeiro-ministro, a quem já pediu uma reunião.

**Quais são os principais constrangimentos no acesso das empresas às linhas de capitalização?**

Relativamente às linhas de crédito com garantia pública, lançadas em resposta às dificuldades de tesouraria das empresas na sequência da atual crise, verifica-se que estão, pelo menos na sua grande maioria, esgotadas, deixando para trás mi-

lhares de empresas. Além disso, os processos são condicionados por uma burocracia excessiva e incompreensível. Há sectores da nossa economia que estão em modo de sobrevivência, por isso, é urgente que mais medidas de financiamento, mas também de capitalização, cheguem ao mercado de forma rápida e descomplicada.

**Como podem ser resolvidos estes problemas, além de com novas medidas?**

Trabalhando de forma próxima com a generalidade da banca, incluindo o Banco Português de Fomento (BPF), que pode desempenhar um papel relevante, e com outras entidades financeiras, como sociedades de capital de risco, para acudir a necessidades de financia-

mento, mas também de capitalização das empresas. Há necessidades diferentes, em momentos diversos e com intensidades variadas. Por isso, tem que haver mais apoio, traduzido em mais verbas disponíveis, que possa ser canalizado da maneira a servir melhor o interesse das empresas. É atendendo a esse interesse que se preserva emprego e se assegura a continuidade de empresas que, sendo economicamente viáveis, atravessam constrangimentos financeiros. A tudo isto, há que somar as palavras desburocratizar e descomplicar. Esta é uma das matérias que o CNCP quer discutir com o primeiro-ministro, assim que estiver agendada uma reunião de trabalho que pedimos.

O Presidente da República, com quem já reunimos no princípio de junho, está inteirado das nossas preocupações, enquanto representantes do universo empresarial português. É importante que o primeiro-ministro também as conheça, e que seja possível trabalhar numa agenda de compromissos, devidamente calendarizados, e dotados dos mecanismos financeiros e da agilidade necessárias para funcionarem.

**As empresas queixam-se muitas vezes da demora do dinheiro das linhas protocoladas para chegar ao terreno. O que justifica esta demora?**

De facto, foram notórios os atrasos e disfunções registados com as linhas de crédito, na apreciação e aprovação dos processos e libertação das respetivas verbas. Isto trouxe muitas complicações às empresas, numa fase de extrema necessidade, e que eram perfeitamente evitáveis. Os sistemas montados pelos diversos intervenientes não funcionaram, nem a diversidade dos requisitos exigidos nas candidaturas se mostraram adequados para permitir a celeridade exigida pelas circunstâncias. Reco-



nhecemos que nas linhas de crédito que foram lançadas já no início deste ano, alguns problemas foram corrigidos ou minorados e registamos uma maior agilidade em todo o processo. Lamentamos, contudo, o facto de, em janeiro, estas linhas terem chegado ao terreno 74 dias depois de terem sido anunciadas pelo Governo e de terem rapidamente esgotado os plafonds que foram definidos.

**Partilha da ideia de que a taxa de comparticipação dos fundos europeus nos investimentos das empresas deveria aproximar-se de 100%?**

Idealmente, sim, mas sabemos que as taxas máximas se encontram já fixadas, de acordo com a classificação de cada região, nos regulamentos europeus. Esta questão é mais importante na definição dos instrumentos para a operacionalização do PRR e do Portugal 2030. Por exemplo, haveria toda a vantagem em que os avisos dos concursos fossem de banda larga e as candidaturas em contínuo, garantindo estabilidade e previsibilidade às empresas relativamente aos estímulos com que podem contar para impulsionar as suas estratégias, incluindo a fundo perdido.

Com avisos globais, com candidaturas simples, expeditas, descomplicadas, e sujeitas a critérios objetivos, com processos ágeis, com notificações de decisão atempadas, os projetos teriam financiamento mais célere e seriam implementados muito mais rapidamente. Precisamos de agilidade e rapidez, a economia não aguenta um sistema de pára-arranca. É preciso atestar o depósito das empresas e atingir a velocidade cruzeiro o mais rapidamente possível.

**Em que é que o PRR vai ajudar a capitalização das empresas? Quais são as expectativas para o processo de concretização?**

O PRR pode, efetivamente, ajudar na capitalização das empresas, é preciso é que se perceba rapidamente como é que o vai fazer. O verão está à porta e há sectores, como o turismo ou a restauração e o comércio, que precisam de previsibilidade, de saber com o que contam. O PRR refere, a este respeito, a criação de um instrumento de capitalização para combater a grave depauperação de capital próprio no tecido empresarial português, em particular nas pequenas e médias empresas. No entanto, até ao momento, nada foi esclarecido

“

Para ser eficaz e cumprir o seu papel, o PRR precisa de colocar no terreno, com urgência, os instrumentos de capitalização das empresas, há muito prometidos

Cristina Bernardo

ainda, em concreto, quanto a esse instrumento.

Sabemos que o Governo se comprometeu a que a política de capitalização fosse desenvolvida pelo BPF, a partir do terceiro trimestre deste ano. Sabemos também que foi fixada a meta de entrega, por um instrumento de capitalização, de um total de 1.300 milhões de euros a empresas portuguesas não financeiras, em capital próprio e quase-capital próprio, até ao final de 2023. Mas saber isto, é saber pouco, face à urgência do contexto que vivemos. E é evidente que, para além dos apoios financeiros, é imperativo que o Governo atue noutros planos, mantendo em vigor medidas de apoio ao emprego e considerando a extensão dos prazos das moratórias fiscais e financeiras.

#### Estes recursos para o reforço do capital das empresas são suficientes?

Aos 1.300 milhões de euros referidos, poderá somar-se uma verba mais elevada, uma vez que o Governo admitiu que, desde que se verifique uma procura, quer na área da capitalização ou na área das agendas mobilizadoras de inovação, será solicitada a utilização de uma verba adicional de 2.300 mil milhões de euros destinados a reforçar a medida de capitalização e da inovação. Como é que vai ser feita essa capitalização, e quando, é o que neste momento mais urge saber. O Governo deve esclarecer rapidamente estas questões.

#### Da aprendizagem feita nos anteriores mecanismos, o que recebem no PRR?

Para ser eficaz e cumprir o seu papel, o PRR precisa de colocar no terreno, com urgência, os instrumentos de capitalização das em-

presas, há muito prometidos. É preciso executar com transparência, com processos de seleção abertos, com critérios de escolha adequados e conhecidos à partida. É preciso ajustar os procedimentos e o funcionamento das estruturas à realidade das empresas e às suas necessidades. É preciso associar os investimentos previstos às reformas que propiciem um ambiente de negócios mais favorável ao relançamento da economia e à competitividade das empresas, à atratividade do investimento, à qualificação do nosso talento, à inovação, ao aumento da capacidade exportadora. O que temos em excesso de diagnósticos e de estratégia faltamos em execução. Ou seja, o que reaceamos é que a execução fique aquém do esperado, por causa de inação, excesso de burocracia ou indefinição.

#### As empresas tinham pedido para participar nos processos

“

Tem que haver mais apoio, traduzido em mais verbas disponíveis, que possa ser canalizado da maneira a servir melhor o interesse das empresas

#### relacionados com os fundos, para integrarem a organização e a gestão. Já tiveram respostas nesse sentido?

Reunimos, no início de junho, com o Presidente da República. Nesse encontro, onde apresentámos o CNCP, sensibilizámos o Presidente para a necessidade de políticas públicas capazes de reforçar e acelerar a recuperação do tecido empresarial e da economia nacional, e para o papel determinante que o PRR tem neste contexto. Decorrente dessa audiência, pedimos uma reunião de trabalho ao primeiro-ministro no passado dia 22 de junho e aguardamos resposta. O Governo tem um papel a desempenhar, mas as empresas também têm. Se estivermos alinhados, é o país, as empresas, os trabalhadores, quem ganha. Se esse alinhamento não existir, se não houver sintonia nas políticas públicas e nos instrumentos para canalizar recursos e apoios para as empresas, capazes de atenderem às suas necessidades, então o país perde. Sinceramente, acho que não temos tempo a perder se quisermos pôr em marcha o comboio da recuperação. Aguardamos, portanto, esse sinal de disponibilidade do Governo e continuamos, como até aqui e como já o manifestámos em diversos fóruns, disponíveis para fazer parte da solução que Portugal precisa. Consideramos que é imprescindível que o Governo envolva de forma mais ativa as Confederações Patronais no esforço de recuperação que tem de ser verdadeiramente nacional. Tem de haver realmente uma convergência efetiva de esforços e uma concertação do Governo com o setor privado da economia, primeiro responsável pela criação de emprego, pela geração de riqueza e pelo investimento. ●

PUB

## ACORDO AIP | MILLENNIUM BCP

Financiamentos para consolidação  
e expansão dos negócios

Emissão de Obrigações  
Agrupadas para PME

LINHAS  
DE APOIO



Investimento

Tesouraria e fundo de maneo

Garantias bancárias (BPF | BEI | FEI)

Antecipação de Incentivos

Adiantamentos reembolsáveis sem juros

Empreendedorismo e Criação do Próprio Emprego

Contacte-nos para mais esclarecimentos  
Tel.: 213 601 021 | e-mail: aip@aip.pt





EMPREENDEDORISMO

## Startups deixam de ser parente pobre dos apoios à capitalização

Startup Portugal destaca que, para poder abater nos custos da empresa ou chegar a mão de obra especializada, existem programas como o SIFIDE, o apoio à contratação do IEFP, ou o KEEP.

**MARIANA BANDEIRA**  
mbandeira@jornaleconomico.pt

As startups são das empresas mais sedentas de investimento, sobretudo na fase de arranque, mas tendem a ter dificuldades de acesso a financiamento. Como tal, têm sido criados instrumentos de capitalização para as diferentes fases em que se encontram (*early stage, scale-up...*). Segundo a Startup Portugal, em fases mais iniciais os programas para PME podem ser uma alternativa, assim como outros de menor expressão como o Semente, mais desenhado para quem investe mas igualmente um empurrão na captação de dinheiro. “Para poder abater nos custos da empresa e/ou chegar a mão de obra especializada, existem programas como o SIFIDE, o apoio à contratação do IEFP, ou o KEEP. Para financiar projetos e reforçar capitais próprios, destacaria o ADN Startup, soluções como as da Raize e da GoParity, as *calls* da Portugal Ventures, ou as soluções de *crowdfunding*, que têm o valor acrescentado da validação de mercado”, detalha fonte oficial ao Jornal Económico.

“Estes apoios são para empreendedores com empresa criada, pelo menos em fase de prototipagem. Num estágio mais de ideação, projetos como a Demium e o Startup Voucher (que neste momento não tem nenhuma *call* aberta) são ótimas soluções para se poder desenvolver o negócio com menor risco. Em fases mais avançadas, é imprescindível

considerar o 200M, o programa de co-investimento público gerido pelo Banco Português de Fomento (BPF). Fazendo sentido, e tratando-se de um negócio que enderece um dos objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas, o Fundo de Inovação Social tem uma série de ferramentas disponíveis para apoiar e financiar pequenas empresas”, sugere a entidade.

Para a Startup Portugal, o principal desafio para os empreendedores é identificarem os apoios disponíveis e, de seguida, perceberem de que forma e quais se encaixam no seu plano de negócios. “Há uma variedade muito grande de entidades a atuar no ecossistema e a desenvolver programas para apoiar estas empresas, entre elas a ANI, a Portugal Ventures, o IAPMEI, fora instituições privadas, e todas elas têm uma comunicação própria, uma audiência específica, e torna-se muito difícil para um jovem empreendedor perceber por onde começar, e que programas estão, de facto, no ativo. A isso acresce a burocracia

que alguns dos programas podem, paralelamente, acarretar”, adverte.

A instituição considera que a celeridade tem sido cada vez mais uma preocupação por parte dos intervenientes no ecossistema e, internamente, a solução passou por criar a chamada “One Stop Shop - Balcão do Empreendedor”, uma plataforma digital através da qual empreendedores e investidores podem marcar reuniões com a Startup Portugal e esclarecer o tipo de apoios disponíveis, bem como outros temas em torno deste segmento empresarial.

### ‘Vouchers’ verdes

No ano passado o Governo traçou o plano de duplicar número de startups e investimento no empreendedorismo, passando das cerca de 2.500 micro e pequenas empresas em Portugal para as cinco mil e aumentar o envelope financeiro de 470 milhões de euros para perto de mil milhões de euros. O mapa do ecossistema, consultado pelo JE, contabiliza atualmente 4.806 empresas, o que mostra que a meta não ambiciosa de mais. Logo, o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) entregue à Comissão Europeia também contempla os mais inovadores, considerados uma peça importante na retoma económica do país – até porque quando a pandemia eclodiu o cenário parecia mais negro para o capital de risco, mas o investimento acabou por continuar a fluir. No esquema está um programa de vouchers de 30 mil euros para 3 mil startups voltadas para o digital e para o ambiente. ●

**No ano passado, o Governo traçou o objetivo de duplicar o número de startups e o investimento no empreendedorismo**

FÓRUM

## ACESSO AO FINANCIAMENTO CONTINUA A SER UMA DIFICULDADE

Os agentes do mercado consideram que a disponibilização das linhas de capitalização poderão não ter o efeito desejado, porque nem todos lhes podem aceder e continua sem existir informação sobre como vão funcionar.

1. QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS CONDICIONANTES AO ACESSO AO FINANCIAMENTO DAS EMPRESAS DAS LINHAS DE CAPITALIZAÇÃO DOS FUNDOS EUROPEUS?
2. COMO PODEM SER RESOLVIDOS?



**JOSÉ EDUARDO CARVALHO**  
Presidente da Associação Industrial Portuguesa

1. Estima-se que em 2020, das 447 mil sociedades não financeiras que existem em Portugal, tenham “desaparecido” 17,6 mil milhões de resultados líquidos. Se acrescermos a este dado a percentagem significativa de empresas com capitais próprios negativos e a contínua degradação dos seus balanços, constataremos quão imperiosa é a necessidade da recapitalização das empresas. A recapitalização conjugada com o redimensionamento empresarial são as principais prioridades para o robustecimento do tecido empresarial. Há muito que a política pública os deveria colocar como um objetivo prioritário. A significativa alocação de recursos financeiros à capitalização das empresas, prevista no PRR, provoca fortes expectativas sobre as possibilidades da oferta satisfazer parte da necessidade de capitais próprios de alguns setores da economia nacional. Sabemos que temos uma cultura empresarial refratária a este tipo de operações, e as experiências de utilização de alguns instrumentos no PT2020 não foram satisfatórias. Não sei se tal foi devido à escassez da procura ou ao desajustamento dos instrumentos à realidade empresarial que temos.

2. Recordo que há uns anos, o Prof. Augusto Mateus dizia que não fazia sentido recapitalizar os bancos sem recapitalizar os seus clientes. Parece que finalmente chegou a hora da recapitalização. Mas, como alguém já enfatizou, recapitalizar significa operacionalizar instrumentos de capital e não instrumentos de dívida. Significa criar produtos e instrumentos que tenham como objetivo reforçar o capital das empresas, permanecendo nelas, ou então saindo com mais-valias ou com desconto. As empresas necessitam destes instrumentos de capital, não de dívida. EBITDA a menos e dívida a mais é a característica dominante nos balanços e contas de exploração das empresas. Espera-se por isso que se criem condições que garantam o acesso das empresas a estes produtos ou mesmo a instrumentos de “quase-capital”. O grande desafio vai ser a capacidade de execução destes programas que podem ficar condicionados pelo acesso das empresas. A eventual resolução precipitada das moratórias e os seus efeitos no incumprimento bancário, e a eventual suspensão dos acordos de regulação da situação contributiva e fiscal das empresas são os principais fatores condicionantes do acesso das empresas a estes programas. Urge por isso resolvê-los.



**LUÍS MIGUEL RIBEIRO**  
Presidente da AEP – Associação  
Empresarial de Portugal

1. Neste momento não temos informação que permita dar uma resposta cabal à questão colocada, na medida em que ainda não há avisos de abertura de concurso para a componente do PRR que integra esta temática da capitalização – Componente C5: Capitalização e Inovação Empresarial. A AEP aguarda com forte expectativa a implementação, no terreno, das medidas de apoio à recapitalização das empresas (naturalmente, empresas viáveis), que sabemos passará em grande parte pela atuação do Banco Português de Fomento. Aquilo a que estamos a assistir no nosso país, com uma potencial inversão na evolução positiva da pandemia, vem agravar ainda mais a situação financeira das empresas, pelo que ganha particular relevância o apoio a empresas, com medidas que promovam a sua capitalização. Do contacto que efetuámos com entidades oficiais, tivemos indicação de que as primeiras candidaturas dirigidas ao setor empresarial decorrerão entre julho e agosto. Só nessa altura será possível conhecer os requisitos de acesso.

2. Só será possível ter uma noção da existência de condicionantes com o conhecimento dos termos dos avisos de abertura de concurso. A AEP espera que não existam quaisquer constrangimentos e apela a um processo de tramitação simples e célere, que permita dar uma resposta rápida ao tecido empresarial, evitando o risco de encerramento de empresas viáveis, que ainda muito poderão contribuir para o desenvolvimento socioeconómico de Portugal.



**RICARDO COSTA**  
Presidente da Associação  
Empresarial do Minho

1. O acesso ao financiamento empresarial tal como está estruturado não funciona como uma ferramenta de alavancagem de empresas em início de atividade ou que se queiram projectar em voos mais altos. Sendo que ele está estruturado no sistema bancário, o acesso ao mesmo depende de resultados e garantias que tornam difícil ao comum empresário aceder a fundos de investimento para capitalizar o seu negócio se não tiver um património pessoal ou conjuntural que permita prestar garantias financeiras aceites pelas entidades bancárias. A questão do financiamento empresarial tal como está estruturado nos dias de hoje pressupõe a existência de capital e património do empresário o que representa um obstáculo só desenvolvimento empresarial.

2. A adoção de uma visão clara e definitiva de que o investimento na economia é investimento em infraestrutura, ainda que não necessariamente física, mas social e económica que representa um fator de desenvolvimento fundamental para o progresso económico social, tem de ser uma visão comum, europeia e uma aposta nacional. Na verdade parte do dinheiro que vem da Europa deveria ser utilizado como ferramenta, não necessariamente de financiamento direto, mas sim como garantia de forma a potenciar e facilitar o acesso das empresas ao sistema de financiamento bancário. Esta aposta teria a dupla vantagem de por um lado resolver parte do problema do acesso ao financiamento empresarial como seria também um fator de desenvolvimento e auxílio ao sistema e negócio bancário, ao invés do investimento direto desses fundos, a fundo perdido, no sistema. Criava se assim uma ferramenta de otimização de recursos, dotando o sistema financeiro de meios para financiar a economia e potenciar o circuito monetário em simultâneo.



**INÊS GIL DE BARROS**  
Partner  
na Moss & Cooper

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) vem dar lugar a uma intervenção sistémica de forma a alavancar a economia, já em si frágil, agravada pelo impacto da pandemia. O Next Generation EU é um mecanismo de compromisso entre os Estados-membros da União Europeia, no qual assenta a base do PRR, que surge como uma “bolha de oxigénio” para as economias europeias. O PRR centra os seus esforços em três grandes frentes – Resiliência, Transição Climática e Transição Digital – dissecadas em diferentes instrumentos, cada qual gerido por organismos intermédios. Todas as operações têm vários níveis de análise e auditoria de entidades distintas, que vão garantir que os processos correm de acordo com a regulamentação europeia. Os principais desafios das empresas começam por perceber em que condições estão? Com que liquidez? Vislumbram o futuro ou estão, apenas, a resolver o passado? Qualquer empresa com um projeto em mente tem de estar preparada operacionalmente para “mergulhar” neste mundo. O acesso aos apoios requer, por norma, empresas saudáveis com resultados satisfatórios nos últimos três anos, começando por exigir o conhecimento exato da capacidade financeira no momento de preparar a sua candidatura, acompanhada de uma estratégia de planeamento a médio e longo prazo. A própria estrutura interna pode tornar-se um obstáculo para determinados concursos, desde o número mínimo de recursos humanos exigidos, ao código de atividade ou a tipologia dos investimentos de que necessita. Portugal tem, nos próximos anos, uma oportunidade única de transformar a sua economia e as empresas serão o epicentro desta transformação. Para isso devem centrar-se em criar uma estratégia dinâmica, um planeamento ambicioso (mas realista) e uma confiança inabalável! Passo a passo, vamos recuperar Portugal.

## Linhas de Capitalização



**BERNARDO MACIEL**  
CEO Yunit Consulting

O objeto do financiamento das empresas pode ser muito diverso. Há que responder a necessidades associadas a projetos de investimento ou fundo de maneo, desenvolver atividades de inovação ou ações de exportação, criação ou revitalização de negócios, ou reforço de capitais próprios.

Na base da identificação das fontes de financiamen-

to deve sempre existir um plano de negócios que, retratando a estratégia da empresa e a forma como ela pretende diferenciar-se do mercado, caracterize a forma mais adequada de financiar as atividades que permitam a concretização desse plano. A existência deste “documento” é determinante para assegurar o acesso às formas de financiamento mais convenientes.

Para empresas que já tenham investido, faz sentido relembrar benefícios fiscais como o CFEI, o RFAI e o SIFIDE ou, para as que pretendam capitalizar os seus resultados por conta de investimento futuro, o DLRR. Estes contribuem para a tesouraria ou capitais próprios sem constrangimentos relevantes para as empresas enquadráveis.

Tendo em consideração a importância do setor do Turismo é de referir a LAQO - Linha de Apoio à Qualificação da Oferta, reforçada em janeiro com 300 milhões de euros.

Pelo momento do calendário é de assinalar a abertura recente do último aviso do Portugal 2020 no âmbito da Inovação produtiva. Ficaram finalmente disponíveis 400 milhões de euros que, ao serem complementados por financiamento bancário e reforço de capitais próprios, representam um forte impulso à capitalização das empresas e, mais importante ainda, uma alavanca para o investimento inovador. De notar que se trata de financiar projetos que reforçarão a capacidade produtiva das empresas, com forte impacto na internacionalização do País. Por outro lado, é exigido que estes projetos contribuam para as áreas da Indústria 4.0, onde a transformação digital permitirá mudanças disruptivas em modelos de negócios, em produtos e em processos produtivos, e para a transição climática.

As linhas de financiamento do Portugal 2020 com maior valorização em termos de incentivo aprovado apresentam uma taxa de aprovação de projetos de 46%. Ou seja, há muitas empresas que, tendo condições de elegibilidade, não conseguem aceder a este financiamento. Adicionalmente, o nível elevado de adesão tem levado ao fecho antecipado de quase todos os avisos desde o ano passado. Ou seja, as verbas são manifestamente escassas, contando-se que com o PRR e o Portugal 2030 se possa colmatar alguma desta insuficiência.

Nos últimos 2 anos viu-se um reforço dos fundos de investimento, principalmente os dedicados à capitalização de empresas com atividades de I&D. Esta forma de financiamento parece particularmente interessante já que se trata de empresas que, tendo capacidade financeira, resolvem aplicar os meios libertos da sua atividade na capitalização de outras empresas. Desta forma, quer umas quer as outras contribuem significativamente para o reforço do sistema de Inovação português e para o reforço dos indicadores de Investigação e Desenvolvimento.

## ESPECIAL LINHAS DE CAPITALIZAÇÃO



**ALEXANDRE MEIRELES**  
Presidente da ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários

1. As dificuldades de acesso às linhas de capitalização começam logo nos critérios de elegibilidade, sobretudo os que dizem respeito ao equilíbrio económico-financeiro, fator que exclui à partida muitas micro, pequenas e até mesmo médias empresas de um possível financiamento.

De um modo geral, as empresas foram bastante penalizadas pela crise pandémica e, por isso, não apresentam em muitos casos uma situação económico-financeira, tributária e contributiva que lhes garante elegibilidade no acesso às linhas de capitalização.

Por outro lado, as candidaturas são muito rigorosas e complexas, o que exige das empresas know-how e recursos de elevada especialização técnica.

Para agravar o cenário, nem sempre a informação sobre as linhas de capitalização é clara e inequívoca e os processos de candidatura são por norma burocráticos e morosos. Por último, a análise das candidaturas peca às vezes por excesso de formalismo, inviabilizando o financiamento de empresas com potencial e bons projetos de investimento.

2. É indispensável proceder-se à otimização dos processos de candidatura, avaliação e atribuição de financiamento através de linhas de capitalização. Neste esforço, importa melhorar a informação sobre as soluções creditícias, minimizar os procedimentos de candidatura, aligeirar os critérios de elegibilidade, encurtar os prazos de atribuição do financiamento, aumentar os períodos de carência, reduzir as comissões de gestão/accompanhamento, diversificar as linhas de crédito, alargar as operações elegíveis e excluir eventuais garantias complementares (pessoais ou patrimoniais).



**ANTÓNIO MARQUES VIDAL**  
Presidente da Associação Portuguesa de Empresas de Congressos, Animação Turística e Eventos

Como é por todos conhecido, a pandemia atingiu em cheio o turismo e em particular as atividades dos associados da APECATE, que são um sector muito específico e ainda muito descurado pelo sistema político e económico, apesar da sua



Unsplash

cada vez maior importância para o funcionamento eficaz do turismo e do destino Portugal.

As atividades dos nossos associados foram especialmente atingidas em resultado de um conjunto de fatores de diversa ordem. Primeiro, trata-se maioritariamente de micro, pequenas e, em muito menor número, médias empresas, portanto com menor resiliência que outras, nomeadamente no que respeita ao acesso às linhas de financiamento com garantia do Estado em boa hora criadas para os diferentes sectores do turismo.

Como atividade mais recente e menos visível que outras do turismo, nunca foi prioridade na emissão de disposições ou objeto de apoios, estivemos e estamos sempre em luta muitas vezes acompanhados pela tutela para beneficiar do que as outras atividades veem atribuído automaticamente – a recente medida o IVAaucher é apenas um exemplo de discriminação negativa. Depois, no que se refere aos congressos e eventos, estas atividades foram sujeitas a restrições e proibições e, pese embora as medidas que adotaram, não viram a sua atividade normalizada até à data, continuando a sofrer restrições fundadas mais em preconceitos que em fatos e ciência. Finalmente, no que se refere as atividades de animação turística e marítimo turística foram e estão ainda sujeitas a restrições sem senso, tendo de se reger por outros sectores de atividade, que nem sempre se podem identificar com o nosso. Em geral, as autoridades aproveitaram para dar azo à sua tendência repressiva e criativa e subjetiva em interpretações das diversas disposições que foram

sendo emitidas pelo Governo.

Em termos de apoio, teve grande impacto a linha de microcrédito do TdP, pela rapidez e simplificação do processo e deferimento dos apoios, que assim chegaram rapidamente às empresas e que preveem uma componente a fundo perdido. O lay off e demais medidas de apoio ao emprego foram também essenciais. Mais tarde, o programa Apoiar veio contemplar com apoios a fundo perdido as pequenas, médias e mid caps.

Mas tudo isto “fez face” a parte dos prejuízos incorridos pelas empresas em 2020. Estamos em junho de 2021, estivemos mais uma vez confinados e com as nossas atividades encerradas, tivemos um “surto” de retoma que nos deu alguma esperança que, finalmente, a retoma tinha chegado, mas tudo se esfumou nos últimos dias, com nova onda da pandemia com a exclusão do país dos destinos turísticos autorizados pelos principais mercados emissores.

Ou seja, sem apoios para as perdas do primeiro semestre, sem lay off a partir de 1 de julho, sem clientes, no mínimo, até final de julho e com o Verão definitivamente comprometido, pois a situação ainda se vai agravar antes de melhorar.

No que se refere ao Programa Reativar Turismo, reconhecemos o mérito do esforço, porém, além de faltarem esclarecimentos quanto à concretização do que está previsto, nesta data o mesmo está desajustado, pois não há retoma no imediato nem previsão para a mesma.

Neste momento as perspetivas apontam para um ano pior que 2020. A situação é de calamidade sanitária, económica e financeira.



**JOSÉ BRANDÃO**  
Diretor Financeiro da Yunit Consulting

Os empresários portugueses têm dado mostras de elevada capacidade de adaptação à mudança. Negócios saudáveis e empresas capazes ficam altamente condicionadas pela falta de liquidez. Existem fatores que colocam em causa, de forma determinante, o acesso das empresas a formas de financiamento consentâneas com os seus planos, como é o caso de estruturas de capitais desajustadas, rácios de autonomia financeira escassos, indicadores de endividamento excessivo ou descontrolo dos custos financeiros.

Olhando para o atual contexto de incerteza, e tendo em consideração a necessidade de as empresas darem continuidade à implementação das suas estratégias e aproveitarem as oportunidades existentes no mercado, torna-se relevante dar atenção à componente de Gestão Financeira. A informação obtida neste tipo de análise mostra que há um conjunto de ações que se têm revelado mais eficazes para ultrapassar as condicionantes no acesso ao financiamento. Basicamente, melhores dados e informação permitem determinar as opções que melhor contribuirão para uma atuação mais bem fundamentada e ágil. Ou seja, análises robustas permitem tomar decisões mais bem sustentadas e tornar mais viável o acesso às adequadas formas de financiamento. Assim, é determinante fazer-se a análise ao desempenho do setor em que a empresa se insere, comparando as estruturas de custos e rendimentos, e as dinâmicas de atuação no mercado. Por outro lado, deve conseguir-se uma boa aproximação às entidades financiadoras, para que a velocidade das decisões seja otimizada. Mas também se deve olhar para dentro, revendo os processos administrativos e financeiros, incluindo as ferramentas e capacidades tecnológicas instaladas, para aumentar a capacidade de resposta da própria empresa. Da análise deve constar também a verificação dos rácios económico-financeiros, assim como a reavaliação do orçamento e plano de tesouraria, orientando-os para que sejam ferramentas de curto prazo em constante atualização e controlo.



**PEDRO NETO**  
Partner de Corporate Finance da Moneris

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), inserido no âmbito do recentemente aprovado “Next Generation EU”, que conta na sua totalidade com 750 mil milhões de euros para apoiar e reparar os danos económicos e sociais imediatos causados pela pandemia de Covid-19, é um dos instrumentos de recuperação da União Europeia, Este instrumento, a par do quadro comunitário de apoio (Portugal 2030), será uma das peças centrais dos instrumentos financeiros de apoio, e que terá como objetivo mitigar o impacto económico e social da pandemia e tornar as economias e sociedades europeias mais sustentáveis, resilientes e melhor preparadas para os desafios e oportunidades das transições verde e digital.

Pese embora os próximos anos sejam de grande disponibilidade financeira para apoio aos investimentos, as empresas portuguesas têm vindo a deparar-se com algumas condicionantes aos mesmos, tais como: fraca capitalização das empresas portuguesas e capitais próprios negativos, o que condiciona automaticamente o acesso a estas linhas de apoio; o elevado nível de alavancagem financeira e de fraca autonomia financeira, que poderá ser também um fator de exclusão ou limitador no acesso aos apoios; e, não menos importante, que pode levar à não preparação atempada no acesso aos apoios, é a inexistência de um plano estratégico e de negócios que sustentem os projetos de investimento, com uma perspetiva de incremento dos indicadores económico-financeiros.

Assim, é premente que as empresas possam desde já estruturarem-se para, em tempo útil, ter acesso a estes instrumentos, onde, e no que respeita à questão da capitalização, existem hoje instrumentos financeiros ditos alternativos, como é o caso de abertura do capital a fundos de investimento ou capitais de risco, que podem colmar algumas das principais condicionantes.

A par destes instrumentos, é hoje também uma solução, e que cada vez está a ser mais levada a cabo, os processos de fusão e de aquisições, que possam promover uma alavancagem nas estruturas financeiras das empresas e o potenciar de maior capacidade de acesso aos investimentos, e consecutivamente aos apoios. Para estes desígnios, é de enorme importância o acesso a especialistas que possam, já nesta fase, apoiar no desenvolvimento das diversas soluções capazes de potenciar o desenvolvimento dos negócios e o acesso às linhas de apoio à competitividade.